



**protcentro**

plano regional do ordenamento  
do território do **centro**

**DIAGNÓSTICO E CONTRIBUTOS PARA UMA VISÃO ESTRATÉGICA  
TERRITORIALIZADA DA REGIÃO CENTRO**

**VOLUME 2 – VISÃO E OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE SUPORTE À  
PROPOSTA DE MODELO TERRITORIAL**

---

Coimbra, 5 de Fevereiro de 2007



## ÍNDICE

<b>1. Alcance da proposta de visão estratégica territorial</b>	<b>3</b>
<b>2. Implicações decorrentes das grandes opções do po regional centro 2007-2013</b>	<b>4</b>
<b>3. Elementos fundamentais da proposta de visão estratégica territorial para a região Centro</b>	<b>6</b>
<b>3.1. Opções de geo-estratégia territorial</b>	<b>7</b>
3.1.1. Região Centro: um contributo autónomo e activo para a sustentabilidade competitiva do território continental	7
3.1.2. Valorização estratégica dos activos específicos de internacionalização da Região	8
<b>3.2. Uma Região em transição sustentada para a Sociedade Inclusiva do Conhecimento</b>	<b>9</b>
<b>A. Objectivos de incorporação de conhecimento, tecnologia e competências num conjunto diversificado de aplicações possíveis</b>	<b>10</b>
<b>B. Objectivos de promoção da atractividade da Região</b>	<b>10</b>
<b>3.3. Uma visão estratégica territorialmente diferenciada para o mundo rural</b>	<b>14</b>
<b>3.4. Elementos para a definição da vocação turística da Região Centro</b>	<b>15</b>
<b>3.5. Região Centro: um território diferenciado competitivamente pelo aproveitamento do potencial de energias renováveis</b>	<b>16</b>
<b>3.6. Uma visão para o sistema urbano da Região Centro: o policentrismo como lógica possível de ordenamento territorial</b>	<b>18</b>
<b>3.7. Povoamento, sistema urbano e acessibilidades/mobilidades: implicações em matéria de modelo territorial</b>	<b>21</b>
3.7.1. Territórios pertinentes	21
3.7.2. Orientações estratégicas para os territórios pertinentes	22
<b>3.8. Uma visão para o quadro de referência ambiental da Região</b>	<b>27</b>
<b>3.9. Uma visão estratégica para as políticas de mitigação de riscos</b>	<b>29</b>
3.9.1. Uma visão global	29
3.9.2. Riscos sísmicos	31
3.9.3. Movimentos de massa	31

---

3.9.4. Ondas de calor _____	31
3.9.5. Incêndios florestais _____	32
3.9.6. Redução de riscos em unidades industriais _____	32
3.9.7. Riscos relacionados com o movimento rodoviário de veículos com mercadorias perigosas (MP) _____	33
<b>4. DA VISÃO ESTRATÉGICA AO MODELO TERRITORIAL _____</b>	<b>34</b>

---

## 1. ALCANCE DA PROPOSTA DE VISÃO ESTRATÉGICA TERRITORIAL

O presente documento sistematiza os elementos de proposta de visão estratégica territorial para a Região Centro que é possível organizar tendo em conta o estágio de progressão dos trabalhos do PROTC. O alcance deste documento consiste essencialmente em propor ao conjunto dos membros da CMC e às Comissões Sectoriais nela constituídas uma primeira proposta de visão estratégica para o território da Região, iniciando desse modo o processo de interação de perspectivas quanto ao futuro que se pretende desenvolver no seio da CMC e das suas Comissões Sectoriais.

Tal como foi oportunamente referido no texto de síntese sobre o diagnóstico estratégico de fundamentação aos trabalhos do PROTC, trata-se nesta oportunidade de propor uma visão estratégica de natureza territorial, isto é, que possa ser útil ao desenho da estratégia de ordenamento do território para a Região.

Para esta visão estratégica territorial do futuro da Região concorrem não só os elementos de fundamentação técnica a coligir pelos trabalhos do PROTC mas também inúmeros outros contributos, designadamente os que decorrem de políticas sectoriais com impacto potencial no território da Região. A proposta de modelo territorial que será objecto de apresentação na fase seguinte terá em conta, precisamente, a necessidade de compatibilização desses elementos numa visão integrada para o território da Região Centro, potenciando todas as complementaridades e sinergias possíveis e minimizando espaços de conflito entre diferentes orientações.

Não deve ignorar-se ainda que os trabalhos do PROTC coincidem praticamente com dois tipos de ocorrências que é necessário sublinhar desde já, dada a sua atipicidade no contexto do planeamento territorial em Portugal.

Por um lado, observa-se uma coincidência entre os trabalhos do PROTC e o arranque de um novo período de programação das políticas de coesão, que culminam na apresentação do QREN 2007-2013 e dos diferentes programas, entre os quais o PO Regional Centro se encontra. Por outro lado, está neste momento disponível um vasto conjunto de políticas e estratégias sectoriais que importa ter em conta, pois dificilmente se encontra no tempo histórico do planeamento territorial em Portugal a convergência de um número tão elevado de documentos de orientação estratégica, nem sempre compatibilizados e articulados entre si.

Neste contexto, o PROTC não constituirá apenas um espaço de integração e compatibilização de estratégias regionais e locais. Também lhe está destinada uma função supletiva, mas não menos importante, de integração no quadro da Região Centro dos quadros estratégicos sectoriais nacionais hoje disponíveis.

Por tais razões, a proposta de visão estratégica territorial para a Região Centro começa por analisar as implicações que resultam da versão em escrutínio público do PO Regional Centro 2007-2013. Tanto quanto o possível, os dois processos, a programação regional 2007-2013 e a formulação de uma estratégia de ordenamento do território para a Região, deverão evoluir em articulação permanente. De facto, se por um lado pode dizer-se que uma qualquer programação de investimento terá sempre impactos em matéria de dinâmicas territoriais, não é menos verdade que a programação do QREN deverá também ser entendida como um importante instrumento ao serviço da estratégia de ordenamento do território.

Tendo em conta que os trabalhos de preparação do PO Regional Centro envolveu uma forte auscultação da Região, estão os Exmos. Membros da CMC em boas condições para participar activamente nos trabalhos de validação dos rumos do PROTC, constituindo a sua participação activa um elemento adicional ao serviço da tarefa de integrar os dois processos, com benefícios para a coerência das políticas públicas que serão dirigidas ao território da Região.

Finalmente, a proposta de uma visão estratégica territorial para a Região Centro não pode deixar de ser também uma visão sobre os modelos e opções de políticas públicas territorializadas que um território como o da Região Centro tenderá a exigir em termos de sustentabilidade futura. A elaboração de um PROT constitui uma oportunidade única de reflexão estratégica sobre políticas públicas para o território e o PROTC não enjeita também assumir um papel activo nessa matéria.

## **2. IMPLICAÇÕES DECORRENTES DAS GRANDES OPÇÕES DO PO REGIONAL CENTRO 2007-2013**

As opções estratégicas de desenvolvimento consignadas no PO regional Centro 2007-2013 apontam para três prioridades essenciais:

- Uma aposta em termos de qualificação de recursos humanos;
- A mobilização plena de recursos para o reforço da inovação e da competitividade;
- A valorização do território numa óptica de pleno aproveitamento da forte diversidade de recursos naturais, culturais, gastronómicos, paisagísticos.

Destas três opções, às quais se junta o objectivo da valorização da cooperação inter-regional, transnacional e transfronteiriça como instrumento de suporte à internacionalização da Região, as duas últimas são as que revelam um mais forte potencial de internacionalização.

Na verdade, a aposta na qualificação dos recursos humanos, que é praticamente transversal a todas as Regiões do continente e também às regiões autónomas, tem uma dupla ambição. Por um lado, corresponde a um objectivo nacional claramente assumido de melhoria dos níveis de qualificação da população portuguesa no contexto comparativo europeu. Por outro lado, constituirá um instrumento indispensável para tornar exequível o cumprimento das duas restantes prioridades estratégicas da programação.

Do ponto de vista da estratégia de ordenamento territorial que balizará a intervenção do PROTC, interessa sobretudo territorializar tais prioridades no quadro de uma visão estratégica para as dinâmicas espaciais futuras na Região. Nesse contexto, as prioridades estratégicas da inovação e competitividade e da valorização do território devem merecer uma forte centralidade na proposta de uma visão estratégica territorial, devendo a aposta da qualificação emergir nos trabalhos do PROTC sobretudo como um instrumento decisivo de “matching” entre aquilo que se pretende atingir e o suporte necessário das qualificações.

A percepção de que a programação estratégica do PO Regional Centro pode condicionar ou favorecer a estratégia de ordenamento territorial é melhor clarificada sistematizando o quadro de opções estratégicas que concretizam o conjunto daqueles três grandes objectivos anteriormente enunciados para o PO Regional:

- Reforçar os factores de internacionalização da economia regional e a posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;
- Promover o carácter policêntrico do sistema urbano, consolidando os sistemas urbanos sub-regionais que estruturam a região;
- Reforçar o potencial estruturante dos grandes eixos de comunicação de forma a estimular complementaridades entre centros urbanos, em particular nas áreas do interior, e a assegurar as ligações intra-regionais relevantes para a coesão regional;
- Promover redes urbanas de proximidade que potenciem dinâmicas de inovação e suportem novos pólos regionais de competitividade, consolidando as dinâmicas dos clusters emergentes;
- Promover a coesão, nomeadamente dinamizando as pequenas aglomerações com protagonismo local ou supra-local e estruturando o povoamento das áreas de baixa densidade;
- Aproveitar o potencial turístico, dando projecção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;

- Mobilizar o potencial agro-pecuário e valorizar os grandes empreendimentos hidroagrícolas da região;
- Valorizar os recursos hídricos e recuperar a qualidade da água, concluindo os projectos integrados de despoluição;
- Assumir como prioridade estratégica a protecção, a valorização e a gestão sustentável dos recursos florestais;
- Explorar o potencial para a produção de energias renováveis;
- Proteger e valorizar o litoral e ordenar as dinâmicas urbanas nesta área;
- Ordenar os territórios urbanos e, em particular qualificar as periferias das cidades e revitalizar os centros históricos;
- Ordenar a paisagem, salvaguardando as áreas agrícolas ou de valia ambiental da pressão do uso urbano/industrial e implementar estruturas ecológicas de âmbito regional e local;
- Ordenar as Áreas Protegidas, articulando níveis elevados de protecção de valores naturais com o uso sustentável dos recursos, com benefícios económicos e sociais para a população residente.

Como é óbvio, no quadro de um Programa que não está fechado à partida, serão os projectos concretos que serão seleccionados para a aplicação do co-financiamento disponível. Por isso, é fundamental que a proposta de visão estratégica territorial para a Região possa contribuir para uma maior coerência de aplicação das duas estratégias de programação.

### **3. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA PROPOSTA DE VISÃO ESTRATÉGICA TERRITORIAL PARA A REGIÃO CENTRO**

Cada um dos domínios de fundamentação técnica em que os trabalhos do PROTC estão organizados devem contribuir para a formulação e validação de uma visão estratégica territorial para a Região. Designadamente, os domínios que metodologicamente são considerados plataformas de síntese e de integração de contributos técnicos – sistemas produtivos, acessibilidades e mobilidade, sistema urbano, quadro de referência ambiental e espaços de risco, por sua vez organizados segundo uma proposta de modelo territorial – devem contribuir decisivamente para a configuração de uma proposta de visão estratégica territorial susceptível de orientar a proposta de modelo territorial, de normas orientadoras e de políticas públicas territoriais consequentes.

No entanto, uma visão estratégica territorial é também constituída de apostas transversais que, pela sua relevância em termos de orientação das dinâmicas territoriais futuras, devem marcar toda a estratégia e influenciar as políticas públicas territorializáveis.

Este capítulo visa, precisamente, identificar tais apostas transversais, antecedendo, por isso, os contributos “visionários” dos diferentes domínios de fundamentação técnica.

### **3.1. Opções de geo-estratégia territorial**

#### **3.1.1. Região Centro: um contributo autónomo e activo para a sustentabilidade competitiva do território continental**

Os trabalhos do PROTC afirmam a sua convicção de que a Região Centro deve assumir um contributo activo e autónomo para a estruturação e desenvolvimento sustentável do território continental numa lógica de combinação virtuosa entre objectivos de competitividade e de coesão territoriais. Esta opção corresponde a estruturar um modelo territorial que afirme a sua autonomia face às regiões urbanas de Lisboa e do Porto, esta última definida nos trabalhos do PROT-Norte como arco metropolitano.

Esta posição não ignora as tensões de estruturação territorial observadas a norte e a sul do litoral da Região que envolvem a constelação urbana de Aveiro e o sistema urbano Leiria-Marinha Grande. Não ignora ainda as relações importantes desenvolvidas entre os vales do Douro e do Côa, bem como o papel que cabe a Viseu e ao seu território de influência desempenhar num eixo viário de recente constituição Chaves – Vila Real – Régua – Lamego – Viseu aliás potencialmente extensível ao interior galego Lugo – Ourense.

No entanto, embora tendo presentes tais tensões e interrelações territoriais, a estratégia do PROTC sustenta que o desenvolvimento de políticas públicas territoriais com o objectivo de estruturar um modelo territorial capaz de se afirmar competitiva e diferenciadamente face às duas mencionadas regiões urbano-metropolitanas poderá contribuir para i) um modelo territorial mais equilibrado do território continental, ii) para a consolidação de áreas mais alargadas de criação de emprego e, seguramente, iii) melhores condições de vida à população que faz da Região Centro o seu território de residência e de procura de emprego.

A defesa desta perspectiva de geo-estratégia territorial exige políticas públicas diferenciadas para um conjunto de territórios pertinentes, cuja pormenorização consta dos capítulos de fundamentação técnica seguintes:

- I) O sistema territorial do Baixo Vouga marcado pela constelação urbana de Aveiro e pela necessidade de resolução dos conflitos ambientais em torno da Ria de Aveiro;
- II) O sistema do Baixo Mondego no qual um pólo relevante de recursos para o conhecimento e a capitalidade terciária de Coimbra buscam uma base produtiva de referência e a valorização produtiva do Campos do Mondego como prioridade da estrutura ecológica do eixo Norte e Sul entre Coimbra e a Figueira da Foz;
- III) O sistema urbano Leiria-Marinha Grande onde se destacam a sua dinâmica de empreendimento e a relevância funcional e urbana de Leiria;
- IV) O sistema urbano centrado em Viseu e a estruturação potencial do sistema urbano da Serra da Estrela em torno de Oliveira do Hospital – Seia – Gouveia);
- V) As Serras da Cordilheira Central (Serras da Estrela, Açor, Lousã; Gardunha, Moradal, Cabeço Rainha; área incluída nas NUT do Pinhal Interior Norte e Sul e Serra da Estrela);
- VI) Os sistemas inseridos no eixo longitudinal Guarda – Covilhã – Fundão – Castelo Branco para os quais importa viabilizar especializações e complementaridades;
- VII) O conjunto dos territórios da Beira Transmontana e da Beira Baixa.

### 3.1.2. Valorização estratégica dos activos específicos de internacionalização da Região

A estratégia de ordenamento territorial a veicular pelo PROTC deve ainda conceder particular importância à valorização de activos específicos de internacionalização, assumam eles a natureza de infra-estruturas, de activos imateriais ou simplesmente de perfis funcionais.

Entre tais activos, a visão estratégica concede notoriedade aos seguintes activos e às políticas públicas envolvidas na sua valorização:

- Porto de Aveiro, a plataforma logística associada e sua conexão com o eixo internacional A25;
- Porto da Figueira da Foz e potencial costeiro da Região para a valorização de actividades em torno da fileira do mar;
- Potenciais de internacionalização (portas para a transferência de conhecimento e factores de visibilidade/attractividade internacional) do sistema urbano da Região, com relevo para a capitalidade terciária da Cidade de Coimbra e para o potencial exportador dos sistemas produtivos regionais (Baixo Vouga e Pinhal Litoral);

- Pontos de amarração da Região à rede de alta velocidade Porto-Lisboa-Madrid;
- Potencial de inserção em redes de produção do conhecimento do sistema universitário e politécnico da Região e da rede de instituições de base tecnológica que organizam a oferta de serviços avançados às empresas inseridas nos principais sistemas produtivos da Região, com relevo particular para os sistemas produtivos do cordão litoral;
- Principais âncoras das dinâmicas transfronteiriças da Região, com relevo para a plataforma logística da Guarda;
- Espaços de valia ambiental da Região com maior destaque em termos de visibilidade e atractividade internacional;
- Activos culturais e patrimoniais, instituições responsáveis pela sua gestão e territórios sob a sua influência com contributo marcante para a imagem identitária da Região numa lógica de valorização da perspectiva de mosaico de culturas locais e do valor da descentralização cultural.

### **3.2. Uma Região em transição sustentada para a Sociedade Inclusiva do Conhecimento**

Do ponto de vista produtivo, o PROTC é elaborado com o propósito de enquadrar e fomentar políticas públicas territoriais que impulsionem a Região Centro para uma transição acelerada para a Sociedade do Conhecimento.

A base de partida para impulsionar essa transição assenta fundamentalmente nos seguintes traços estruturais:

- Indústria tradicional forte e internacionalizada em diversas áreas mas com crescimento em desaceleração – necessidade de reestruturação;
- Aglomerações produtivas territorialmente confinadas (clusters) com algum dinamismo – possibilidade de desenvolvimento de políticas territorializadas;
- Serviços Avançados essencialmente em torno da Área de Influência de Coimbra – possibilidade de melhoria da base de apoio à actividade empresarial;
- Sistema científico e de formação com ampla abrangência territorial – possibilidade de promover a transferência, apropriação e uso de conhecimento;
- Sistema urbano multipolar – possibilidade de ganhos de escala (e.g. serviços);

- Qualidade do património natural, construído e cultural – possibilidade de estimular e gerar novas oportunidades de desenvolvimento.

Estes traços estruturais coexistem, porém, com alguns estrangulamentos que é essencial erradicar e/ou minimizar:

- Parte significativa do território com declínio demográfico e sem massa crítica de população – dificuldade para desenvolver economias de escala (serviços, qualidade urbana, etc.);
- Débil ligação entre os sistemas científico e produtivo – dificuldade de colmatar e gerar novas procuras de conhecimento;
- Baixos níveis de formação da mão-de-obra e dos empregadores – dificuldade de apropriação e uso de conhecimento.

A visão estratégica de uma Região Centro com territórios vocacionados e competitivos para a economia do conhecimento configura:

#### **A. Objectivos de incorporação de conhecimento, tecnologia e competências num conjunto diversificado de aplicações possíveis:**

- Nas indústrias tradicionais, melhorando os níveis de intensidade tecnológica da produção de bens de consumo final e de bens de equipamento;
- Nos serviços tradicionais, designadamente de consumo, que apresentam um elevado potencial de ganhos qualitativos;
- Nos serviços avançados com forte prioridade atribuída aos serviços de saúde e aos serviços avançados de apoio à actividade empresarial;
- Na criação de condições para o desenvolvimento de novas actividades, com realce particular para a biomedicina, tecnologias de informação e comunicação e para as indústrias de novos materiais.

#### **B. Objectivos de promoção da atractividade da Região**

Promover a qualificação da:

- Função residencial em termos da qualificação dos serviços urbanos e dos seus padrões urbanísticos;

- Modelo de desenvolvimento empresarial, criando condições favoráveis para a atracção de investimento directo estrangeiro indutor de mudança estrutural e de um novo quadro de procura de qualificações e para a diversificação do investimento endógeno.

A concretização desta visão estratégica de Região Centro em transição para a sociedade inclusiva do conhecimento exige políticas públicas diferenciadas estruturadas em torno de Áreas de Intervenção constituindo três tipos Unidades Territoriais:

- I) O Cordão Litoral;
- II) Os Núcleos Urbanos do Interior;
- III) As Sub-Regiões Deprimidas da RC.

Como hipótese de trabalho a desenvolver e avaliar em sede de preparação do modelo territorial para a Região, consideram-se 8 áreas de intervenção agrupadas nos três tipos de unidades territoriais acima mencionados. Para cada área são definidas linhas de orientação estratégicas.

I. Cordão Litoral (Aveiro – Coimbra – Leiria): É a área mais desenvolvida da RC, apresentando forte concentração industrial e significativo grau de desenvolvimento dos serviços, podendo assumir-se como motor de desenvolvimento da região.

Áreas de Intervenção e orientações estratégicas:

1. Baixo Vouga – concentração industrial / elevada internacionalização / pólo de criação de conhecimento
  - Dinamização dos sectores industriais a partir das relações com o Sistema Científico e Tecnológico (SCT);
  - Estímulo ao desenvolvimento de relações entre o SCT e o sistema produtivo. Estas relações deverão ser consolidadas/estruturadas através de instituições de interface capazes de disseminar tecnologia e competências no tecido produtivo (local, mas também em empresas externas à região) e de definir em sintonia com o meio empresarial novas agendas de I&D;
  - Promoção da competitividade dos sectores exportadores.
2. Baixo Mondego – pólo de criação de conhecimento / forte concentração de serviços
  - Consolidação/criação de unidades de interface que estimulem o desenvolvimento de relações entre o SCT e as actividades de serviços avançados e indústrias associadas. Esta interface deverá possuir características semelhantes às apontadas anteriormente, embora especialmente vocacionada para sectores como a saúde, os serviços avançados de apoio à actividade empresarial e as indústrias emergentes de base tecnológica.

3. Pinhal Litoral – dinamismo demográfico / dinamismo empresarial

- Consolidação/criação de unidades que promovam o dinamismo empresarial existente a partir das relações com instituições do SCT que colmatem as carências internas na produção de conhecimento;
- Criação de estruturas com capacidade para aproveitar as vantagens associadas a grandes investimentos (e.g. Novo Aeroporto da Ota).

II. Núcleos Urbanos do Interior (Área de Influência de Viseu e Núcleos Urbanos do Eixo Guarda – Covilhã - Castelo Branco): Representam os núcleos mais desenvolvidos do interior da RC, podendo assumir-se como pontos de amarração das políticas para ganhos de escala e de massa crítica.

Áreas de Intervenção e orientações estratégicas:

4. Área de Influência de Viseu – desenvolvimento urbano / resistência ao declínio demográfico

- Conjugação de políticas de valorização urbana com políticas de revitalização e dinamização empresarial.

5. Eixo Interior Guarda – Covilhã – Castelo Branco – capacidade de criação de conhecimento / potencial de relacionamento transfronteiriço

- Reestruturação industrial a partir da intensificação das relações com o SCT, onde o Parkurbis, na Covilhã, pode assumir um papel de relevo;
- Dinamização das relações de cooperação transfronteiriça;
- Amarração das políticas de desenvolvimento local a este eixo de competitividade.

III. Sub-Regiões Deprimidas (Beira Transmontana – Maciço Central – Beira Baixa Interior): São áreas com pouca população e frágeis em termos produtivos, embora possuam recursos patrimoniais e energéticos, entre outros, que poderão gerar oportunidades de desenvolvimento.

Áreas de Intervenção e orientações estratégicas:

Os principais desafios que se colocam a estas áreas são de carácter transversal, como acontece com a perda de população e a necessária organização para mobilizar e aproveitar recursos endógenos. Neste sentido, apontam-se as seguintes orientações transversais:

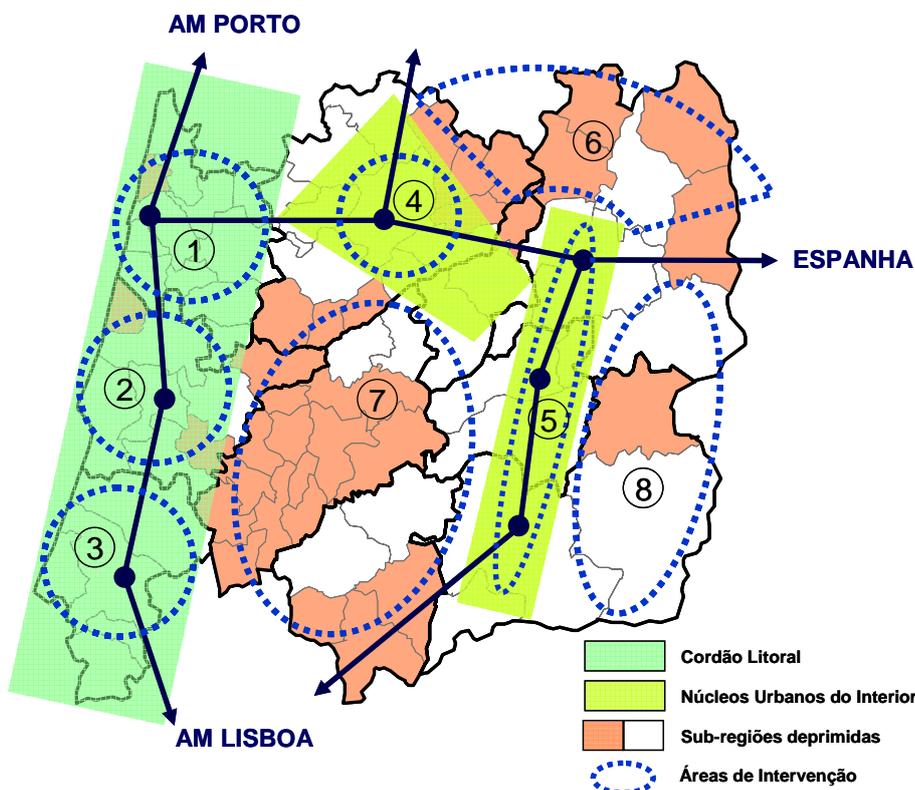
- Definição de políticas de gestão do declínio demográfico;
- Aproveitamento de oportunidades de valorização de recursos endógenos e inovação com base na exploração de TIC's;

- Estímulo ao envolvimento das instituições e organizações locais nas opções de desenvolvimento.

Contudo, as especificidades de cada uma destas Áreas de Intervenção, requerem algumas orientações específicas. Atente-se a:

6. Beira Transmontana – recursos naturais com potencial / património histórico e cultural
  - Estímulo ao desenvolvimento de competências nas áreas da valorização e promoção territorial.
7. Maciço Central – energias renováveis (biomassa, eólica, hídricos) / recursos paisagísticos / património cultural
  - Exploração do potencial energético das fontes renováveis.
8. Beira Baixa Interior – potencial agro-pecuário / património histórico e cultural
  - Desenvolvimento da rede de regadio;
  - Apoio ao desenvolvimento agro-alimentar a partir de ligações ao SCT.

A partir da plataforma de síntese das Unidades Territoriais definida pela equipa do Modelo Territorial, apresenta-se um esquema que sistematiza as áreas de intervenção pertinentes em termos de políticas facilitadoras da transição para a sociedade do conhecimento.



### 3.3. Uma visão estratégica territorialmente diferenciada para o mundo rural

Uma estratégia de ordenamento territorial para a Região Centro exige uma visão estratégica para o mundo rural que tenha em conta que a actividade agro-florestal já não representa a base preponderante das economias rurais, nem da vida dos povoados rurais e que a agricultura e a floresta, designadamente os que apresentam um futuro competitivo, não podem ser considerados o principal suporte do desenvolvimento rural.

Nas condições de despovoamento em que uma grande parte do mundo rural da Região se encontra, a estratégia de revitalização possível passa pela criação de condições de fixação de jovens ainda residentes nesses territórios e pela atracção de novos residentes para valores à partida assumidos como de baixa densidade ou tão só de atracção de grupos de novos consumidores, sejam eles reformados ou residentes secundários.

A organização dos territórios de baixa densidade e a revitalização dos níveis de consumo nesses territórios surgem como as grandes linhas de revitalização possível. A experiência de outros países tem evidenciado que nas zonas em que o rural se vai convertendo, sobretudo, num espaço de consumo, tende a haver um estancar do declínio populacional e, por vezes, há mesmo algum revigoramento demográfico. Essa é a orientação necessária que as políticas de desenvolvimento local devem assumir nesses territórios.

A elaboração do PROTC constitui uma oportunidade única de viabilização de políticas de animação do mundo rural da Região, designadamente políticas de serviço público mínimo, de transportes públicos ajustados aos espaços de baixa densidade, de criação de zonas de aglomeração de actividades susceptíveis de atrair novos serviços e revitalizar os níveis de consumo privado e colectivo.

Daí que a visão estratégica para o mundo rural se materialize num conjunto de opções cuja territorialidade efeitos deve ser considerada na formulação do modelo territorial:

- Fortalecimento dos ramos da agricultura e da floresta que sejam viáveis/competitivos;
- Apoiar e fortalecer as economias rurais locais não agrícolas;
- Valorização e aproveitamento das amenidades rurais associadas à agricultura, floresta, espaço não agrícola nem florestal, e aos povoados rurais;
- Promover e rentabilizar actividades territoriais (caça, pesca, iniciativas desportivas e ambientais, ...);

- Aproveitar novas oportunidades de investimento em domínios como as energias renováveis, indústria agro-alimentar, hotelaria e restauração, empresas de distribuição, prestação de serviços ambientais e agro-rurais, etc.;
- Favorecer os movimentos, já hoje com grande expressão, de visitantes ligados a alojamentos familiares de uso sazonal ou temporário;
- Favorecer a instalação de novos residentes, permanentes ou temporários, nomeadamente os portadores de ideias de negócios;
- Favorecer a articulação dos pequenos aglomerados rurais e do espaço que os envolve, com centros urbanos de maior dimensão de modo a facilitar o acesso a equipamentos, a mobilidade da população e uma maior procura das actividades e das amenidades rurais;
- Favorecer a emergência e o fortalecimento dos interesses, organizações e instituições, empenhados num modelo territorial e que possam constituir uma alternativa à tradicional visão agrícola do rural e do espaço;
- Desenvolver políticas de capacitação institucional, apoiando as organizações, instituições e interesses locais no sentido de ganharem capacidade efectiva para se empenharem no delineamento, financiamento, execução e avaliação de iniciativas de desenvolvimento rural;
- Promover políticas de transferência de rendimentos minimizadoras da maior fragilidade da população rural;
- Disseminar experiências e boas práticas de desenvolvimento rural resultantes de combinações virtuosas entre atracção de empreendimento exterior ao mundo rural e a mobilização endógena de vontades, energias e redes locais de cooperação e solidariedade social.

### **3.4. Elementos para a definição da vocação turística da Região Centro**

Tendo por base o mapeamento preliminar dos recursos / produtos turísticos da Região apresentado em sede de diagnóstico estratégico, a proposta de modelo territorial para a Região deve ser elaborada tendo em vista a concretização das seguintes opções prioritárias:

- Maximizar sinergias e complementaridades entre os modelos de Região Centro para consumo interno turístico e de Região Centro como factor de atractividade da procura turística internacional;

- Posicionar estrategicamente a Região não só em relação às marcas Douro e Alentejo e viabilizar uma geo-estratégia turística para o território que situe a Região em relação aos fluxos de touring horizontal (E – W) e vertical (N – S) que atravessam a Região e que tire partido do estatuto de plataforma distribuidora de fluxos viários - (hub) entrada terrestre;
- Definição em sede de normas orientadoras e de orientações estratégicas para políticas públicas sectoriais que assegurem intervenções em matéria de:
  - Requalificação urbana com limitação da expansão (sprawl);
  - Determinar especializações universitárias na sua relação de Organização de Eventos Internacionais de acordo com Potencial de Investigação e sua ligação aos produtos turísticos envolventes;
  - Requalificação de todos os percursos e zonas de água (Tejo, Zêzere e Mondego), incluindo albufeiras;
  - Ordenamento com estabilidade assegurada que dê garantia a grandes e a novos tipos de empreendedores (retorno de meia idade de grandes cidades);
  - Formação de Recursos Humanos em contexto direccionados para a hospitalidade sustentável;
  - Ligação a grandes operadores internacionais, com marketing direccionado e segmentado;
  - Reorganização institucional do sector com RT menos investidoras e dependentes de Câmaras e mais “produtoras de conteúdos”, assegurando uma maior concentração de promoção internacional de excelência.

### **3.5. Região Centro: um território diferenciado competitivamente pelo aproveitamento do potencial de energias renováveis**

Avaliados e reconhecidos os potenciais revelados pela Região Centro em matéria de energias renováveis, o PROTC é elaborado assumindo que a Região Centro assumirá uma quota parte de forte responsabilidade na concretização do objectivo nacional de produzir em 2010 39% da sua electricidade final com origem em fontes de energia renovável.

Propõe-se que a Região Centro assuma as opções constantes do Plano Energético da União Europeia que aponta para 2020 as seguintes metas:

- Aumento da penetração das energias renováveis para 20% do consumo global da UE;

- Redução da intensidade energética em 20%;
- Redução das emissões de gases de efeito de estufa em 20% em relação a 1990.

Esta visão global concretiza-se através de um conjunto de apostas em diferentes fontes de energias renováveis em que a Região Centro apresenta potenciais reconhecidos:

- Território pertinente para a instalação de fontes de energia eólica, com efeitos na substituição de combustíveis fósseis, redução do efeito de estufa e criação de emprego mais qualificado, optimizada com aposta na maior utilização de tecnologias de armazenagem, nomeadamente de aproveitamentos hídricos com bombagem;
- Construção dos potenciais aproveitamentos hidroeléctricos oportunamente definidos em sede de diagnóstico estratégico com impactos positivos reconhecidos em matéria de sistemas de abastecimento de água, amortecimento de cheias e correcção estival, ajuda suplementar à defesa contra incêndios florestais e contributo inequívoco para uma reserva estratégica de água;
- Consagração da biomassa como um dos mais relevantes recursos endógenos da Região e factor de desenvolvimento sócio-económico do interior, extensivo ao aproveitamento de terrenos incultos e abandonados, à viabilização de uma rede de recolha e distribuição e à promoção de incentivos às empresas para utilização da biomassa como fonte energética;
- Aposta na valorização da tecnologia do etanol celulósico como exemplo relevante de promoção dos biocombustíveis como fonte de energias renováveis, com investimentos complementares na área da investigação e desenvolvimento e aplicação de incentivos fiscais à sua utilização particularmente ao serviço da agricultura competitiva;
- Aposta na valorização da produção de combustível derivado de resíduos designadamente no âmbito da pré-deposição em aterro de resíduos sólidos urbanos e no aproveitamento do seu potencial energético, com incidência particular no sector agrícola e agro-alimentar;
- Criação de condições para a valorização da energia solar como fonte de produção de água quente para um potencial estimado de 400 000 casas beneficiárias potenciais dessa tecnologia;
- Valorização a médio-longo prazo do potencial da energia das ondas na costa da Região com aposta em projectos pilotos de demonstração do potencial existente.

---

### 3.6. Uma visão para o sistema urbano da Região Centro: o policentrismo como lógica possível de ordenamento territorial

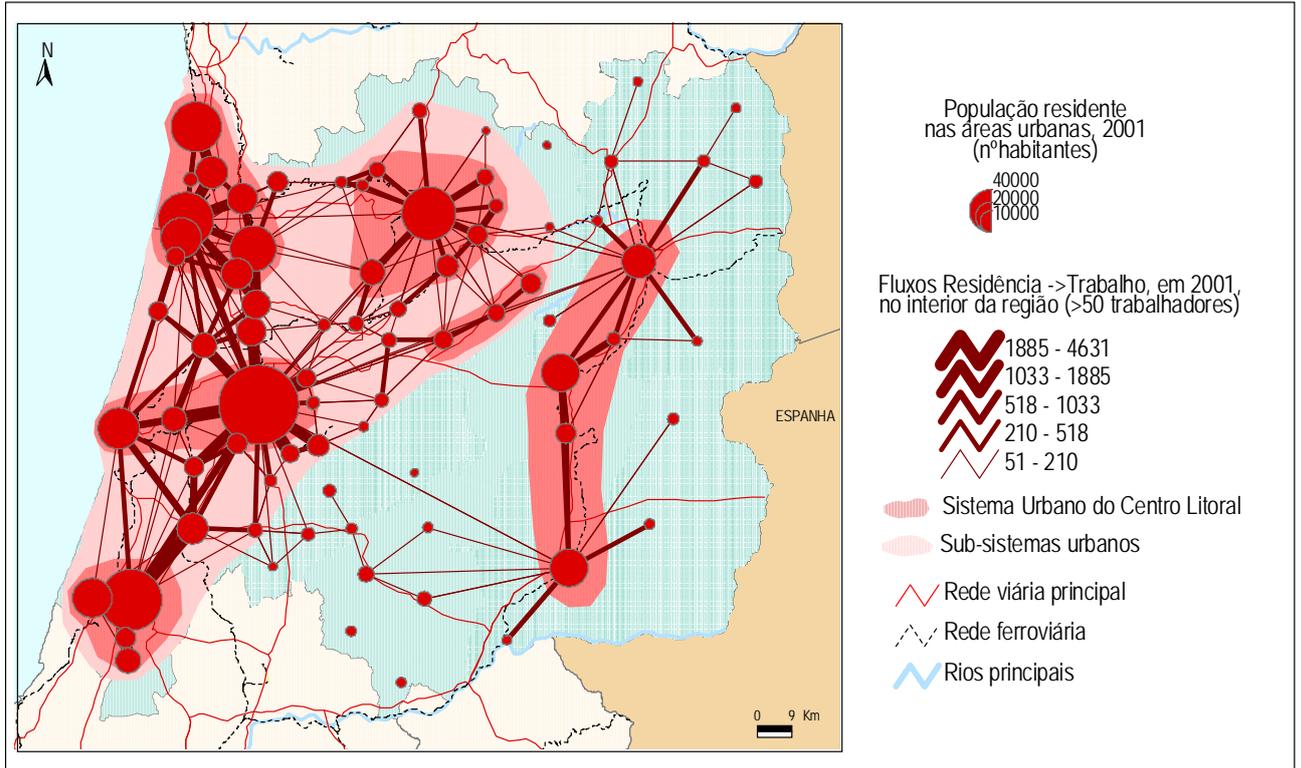
A Região Centro afirmar-se-á como um sistema urbano competitivo e coeso, potenciando, por um lado, o seu posicionamento estratégico e o seu papel como espaço de articulação no contexto do sistema urbano nacional e na ligação deste às redes europeias e, por outro lado, promovendo o seu carácter policêntrico, consolidando e equilibrando os sistemas urbanos sub-regionais que estruturam este território e inovando no relacionamento entre os respectivos espaços urbanos e rurais.

Descrição:

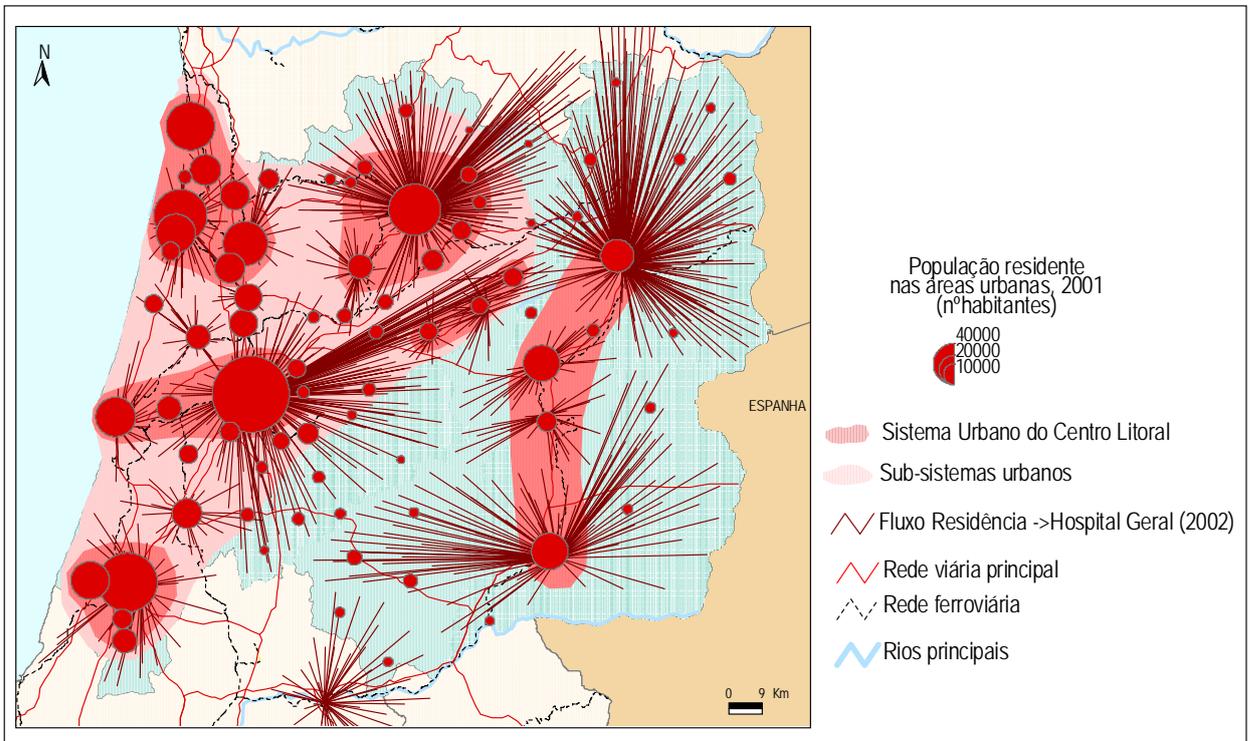
A Região Centro dispõe de uma posição charneira entre as Regiões Metropolitanas de Lisboa/Vale do Tejo e do Noroeste, e conta ainda com uma estrutura urbana policêntrica assente num conjunto equilibrado de cidades médias.

Estes atributos positivos e diferenciadores, susceptíveis de conferir a este território uma importância e um potencial relevante no quadro do sistema urbano nacional, não têm contudo sido devidamente potenciados devido a diversos factores, com especial destaque:

- Por um lado, para os constrangimentos que este mesmo território apresenta no que respeita quer à sua articulação externa quer à incipiente articulação dos sub-sistemas urbanos regionais entre si;
- Por outro lado, devido às fragilidades de integração funcional que a região apresenta, e que têm limitado a sua integração territorial e sectorial relativamente a contextos mais abrangentes.

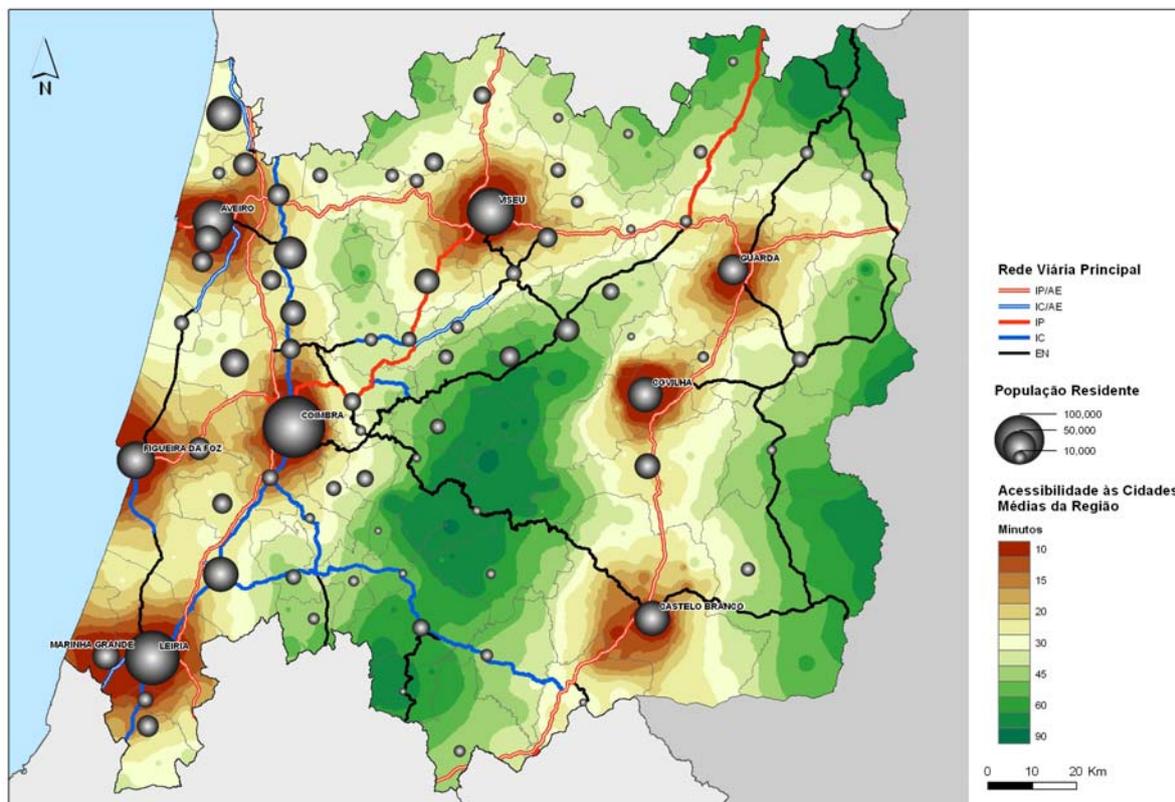


Fonte: Geografia.UP



Fonte: Geografia.UP

### Sistema Urbano e Acessibilidade às Cidades Médias - Região Centro



Fonte: Geografia.UP

Perante este quadro, e tendo como objectivo a concretização da Visão anteriormente definida, as seguintes apostas revelam-se como decisivas:

- Reforçar a articulação do cordão litoral da Região Centro (Aveiro/Coimbra/Leiria) com as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Noroeste, afirmando a sua competitividade nos domínios da Logística, Mobilidade, Turismo, Saúde, Energia, Ensino Superior e Especialização Industrial e desenvolvendo novas funções de apoio à ligação dos corredores estruturantes entre as duas grandes Áreas Metropolitanas, e entre estas e a Europa;
- Promover a articulação entre os sub-sistemas regionais, reforçando o relacionamento e a conectividade entre os sub-sistemas do litoral e do Interior (Cordão Litoral/Dão-Lafões/Beira Interior) e as acessibilidades intra-regionais. Será também fundamental promover o desenvolvimento de complementaridades funcionais, através da organização e gestão supra-municipal de recursos, equipamentos e de ofertas (produtivas, urbanas, etc);

- Estruturar a unidade territorial do Pinhal Interior, desenvolvendo serviços (organizados à escala supra-municipal), com características polivalentes e orientados para as zonas rurais de baixa densidade. A qualificação dos centros urbanos e a aposta no desenvolvimento de actividades ligadas à gestão integrada dos seus recursos naturais (com destaque para a floresta e potencial energético) constituirão apostas importantes a realizar;
- Dinamizar o Eixo da Beira Interior, promovendo a competitividade das cidades que o integram através da requalificação urbana, do desenvolvimento de complementaridades funcionais e da criação de novas actividades associadas às respectivas especializações produtivas. Reforçar o “efeito cidade” como factor dinamizador das áreas de baixa densidade que polarizam deverá ser assumido como factor relevante de coesão deste território.

### **3.7. Povoamento, sistema urbano e acessibilidades/mobilidades: implicações em matéria de modelo territorial**

#### **3.7.1. Territórios pertinentes**

A análise integrada das dinâmicas de evolução da Região Centro em matéria de povoamento, sistemas urbanos e acessibilidades/mobilidade permite formular uma primeira aproximação a uma visão de síntese que interessa considerar na fase de integração que a proposta de modelo territorial irá veicular.

Esta partição territorial parte da dicotomia Eixo Litoral / Interior e da fractura resultante da configuração da Cordilheira Central, valorizando também a importância do corredor transversal e transfronteiriço do IP5 (Aveiro/Viseu/Guarda).

O destaque da Cordilheira Central deve-se às características do território físico (montanha, floresta/riscos de incêndio, valores ambientais e recursos hídricos) e à fragilidade do povoamento e da rede urbana. Valoriza-se também a Beira Alta, associando à NUT Dão-Lafões e ao sistema urbano de Viseu, a corda dos aglomerados urbanos da “Estrada da Beira”, Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia.

A importância dada aos sistemas estruturados em torno da influência de Aveiro e Leiria resulta nesta primeira aproximação da necessidade de fortalecer estas polaridades face aos efeitos polarizadores da AML e da AMP. No entanto, esses sistemas são mais complexos do que esse enunciado simples o sugere. São sistemas que apresentam sistemas produtivos relevantes

associados à indústria transformadora, são também atravessados pelas implicações decorrentes das orientações de política agrícola e florestal e de desenvolvimento rural, para além de consagrarem sistemas ambientais de grande relevo (ria de Aveiro por exemplo) e serem também atravessados pela incidência de riscos que interessa compatibilizar em políticas públicas territorializadas coerentes.

No conjunto, o Litoral e os seus 3 sub-sistemas em torno dos principais aglomerados urbanos, acumulam os principais recursos competitivos nas fileiras do conhecimento, da inovação, da indústria transformadora, das infraestruturas logísticas e dos serviços públicos de topo hierárquico. Tendo em conta a relevância do tema da competitividade nas opções estratégicas regionais do PO/QREN, este território assume inequivocamente uma forte centralidade nas preocupações de integrar a estratégia de ordenamento territorial e a programação dos Fundos Estruturais no período 2007-2013.

As políticas pró-activas e voluntaristas serão importantes para estabilizar e reforçar a instabilidade da Beira Alta e do sistema urbano em torno de Viseu. O mesmo se poderá dizer para o Eixo Guarda /Covilhã /Castelo Branco, inserido num território raiano bastante rarefeito, com dificuldades em fixar e desenvolver o actual suporte industrial, e onde tem havido falta de iniciativa e de resultados em termos de negociação inter-municipal.

A Cordilheira Central, Beira Transmontana e Beira Baixa constituem “territórios pertinentes” para a territorialização das políticas da coesão, atendendo aos efeitos de repulsão demográfica, ao envelhecimento, aos problemas de acessibilidade, à fragilidade da rede urbana, à importância crucial dos serviços públicos ou de iniciativa pública no apoio às populações e na necessidade de não se deixar degradar a qualidade do atendimento às populações.

### 3.7.2. Orientações estratégicas para os territórios pertinentes

A. Constelação urbana de Aveiro (sistema urbano do Baixo Vouga, que se desenvolve em torno dos pólos de Aveiro - Águeda, incluindo Ílhavo/ Estarreja/ Albergaria-a-Velha/ Oliveira do Bairro/Ovar (PO Centro))

- Posição face à Conurbação Metropolitana do Porto. Contrariar o “efeito “sombra”. Necessidade de reforçar a importância urbana e funcional da aglomeração de Aveiro;
- Necessidade de estruturar o aglomerado contínuo de Aveiro (com a articulação entre vias arteriais e locais rodoviárias; articulando com a nova gare da RAVE) com as opções urbanísticas e de ordenamento do sistema urbano polarizado por Aveiro;

- Posição favorável na logística nacional e regional. Ligação ferroviária ao porto de Aveiro; rótula IP1/IP5; estação da RAVE; plataforma logística de Cacia (complexo químico de Estarreja);
- Valorizar os recursos hídricos e concluir os projectos de despoluição integrada da Ria de Aveiro. Projectos hidro-agrícolas do Baixo Vouga;
- Promover a valorização integrada dos recursos do litoral (erosão litoral);
- Qualificação dos recursos biofísicos da Ria. Articulação das políticas de conservação da natureza com usos agrícolas, florestais, aquacultura, turismo;
- Compatibilizar o modelo de urbanização e de industrialização rural difusa com a preservação e valorização do potencial de desenvolvimento das actividades agro-pecuárias e do turismo e com a salvaguarda dos valores ambientais, patrimoniais e paisagísticos. Importância da adequação dos suportes infraestruturais (vias, esgoto, água, telecom., gás) ao controlo da urbanização e da industrialização dispersas; importância dos pontos de ligação da malha capilar aos nós do sistema arterial rodoviário; qualificação urbana dos eixos das ENs continuamente urbanizados;
- Favorecer o reordenamento industrial. Forte presença industrial (plástico, química, cerâmica, metalomecânica ligeira). Importância do dinamismo industrial (PIB, VAB, Emprego, exportações);
- Promover o desenvolvimento dos serviços avançados às empresas (telecomunicações, soluções informáticas, novos materiais e produtos, tecnologias da saúde). Instituições de Ensino Superior e centros de IDT. Ciência e tecnologia. Meios inovadores;
- A convergência de prioridades ambientais (Baixo Vouga, Ria, Orla Costeira), logísticas, ciência, tecnologia e competitividade industrial, clarificação da estrutura policêntrica da Região Centro e do Litoral, etc., tornam a NUT Baixo Vouga uma prioridade em termos da articulação dos Eixos Prioritários do QREN/PO da Região Centro.

B. Coimbra-Figueira da Foz (sistema urbano do Baixo Mondego, polarizado pelos pólos de Coimbra – Figueira da Foz, com Lousã/Miranda do Corvo/Condeixa-a-Velha/Penela/Montemor-o-Velho/Soure/Cantanhede/ Mealhada, PO Centro)

- Importância da “capitalidade” terciária de Coimbra. Reforçar as fileiras empresariais dos serviços relacionados com a saúde e o ensino especializado. Concentração dos serviços regionais da Administração Pública;
- Importância da Universidade e das instituições de IDT (saúde, biotecnologia, materiais) para o reforço da base produtiva industrial de Coimbra;

- Necessidade de estruturar (com a articulação entre vias arteriais e locais rodoviárias; articulando com a nova gare da RAVE) o sistema urbano polarizado por Coimbra;
- Articulação com o potencial portuário da Figueira da Foz e da Linha da Beira Alta;
- Défice de articulação entre os traçados e nós da rede arterial rodoviária, com a rede capilar e com a definição do suporte infraestrutural da urbanização em torno de Coimbra;
- Campos do Mondego como prioridade da estrutura ecológica do eixo Norte e Sul entre Coimbra e a Figueira da Foz.

#### C. Sistema Urbano Leiria/Marinha Grande (sistema urbano do Pinhal Litoral, incluindo Batalha e Pombal, PO Centro)

- Posição face à Conurbação Metropolitana de Lisboa. Contrariar o “efeito “sombra”. Necessidade de reforçar a importância urbana e funcional de Leiria;
- Necessidade de estruturar a conurbação de Leiria (com a articulação entre vias arteriais e locais rodoviárias; articulando com a nova gare da RAVE) com as opções urbanísticas e de ordenamento do sistema urbano polarizado por Leiria/Marinha Grande. Ligação IP1/IC1 e pressões sobre a urbanização litoral a partir dos nós de conexão entre redes arteriais e capilaridades locais e supra-locais (ENs);
- Reciclar a infra-estrutura de suporte à urbanização e à industrialização difusas. Reforço das polaridades ao longo da EN1;
- Reforço da importância do ensino especializado e das instituições de IDT (moldes, cerâmica e vidro);
- Valorização ambiental e hidrológica da bacia do Lis.

#### D. Viseu/Beira Alta (em parte contido na NUT Dão-Lafões e no Sistema Urbano centrado em Viseu (PO Centro); associando o sistema urbano da Serra da Estrela em torno de Oliveira do Hospital – Seia – Gouveia)

- Posição estratégica no eixo do IP5 (Aveiro, Viseu, Guarda) e na ligação a Coimbra e Vila Real/Chaves (IP3);
- Reforço da massa crítica da constelação urbana polarizada por Viseu (Mangualde, Nelas, Tondela, S. Pedro do Sul); associar uma “segunda coroa” (Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, sobre o IC7), aproveitando o reforço de acessibilidade permitido pelo IP3, IC12 (Santa Comba/Nelas), IC37 (Nelas/Seia);
- Reforço da centralidade de Viseu (ensino especializado, saúde, administração pública/nível sub-regional, instituições culturais, serviços ao consumo final; serviços às empresas);

- Rarefacção/envelhecimento demográfico e importância da rede de pequenos aglomerados (vilas e cidades de pequena dimensão);
- Atractividade industrial (fileiras automóvel e madeiras);
- Planos de Bacia e fecho dos sistemas em alta de água e saneamento;
- Produtos agrícolas de qualidade e diferenciação.

E. Guarda/Beira Transmontana (incluída no eixo longitudinal Guarda – Covilhã – Fundão – Castelo Branco, (PO Centro))

- Rótula (A23/IP5); logística (PLIE) e posição transfronteiriça estratégica na ligação à A62;
- Autovia de Castela - Salamanca, Valladolid, Burgos); linha da Beira Alta;
- Cooperação transfronteiriça (Ciudad Rodrigo/Salamanca);
- Indústria e recursos endógenos;
- Turismo e Serra da Estrela, Vale do Côa/Vale do Douro e fileira turística TER;
- Afirmção como polaridade de serviços (topo hierárquico regional); hierarquia/especialização na rede urbana sobre o eixo da A23 (Guarda-Covilhã-Castelo Branco); Instituto Politécnico da Guarda;
- Importância da definição do “kit mínimo” de equipamentos e serviços de proximidade localizados nos pequenos aglomerados urbanos dos concelhos em esvaziamento e envelhecimento demográfico; Políticas de coesão;
- Abandono agrícola e desenvolvimento rural.

F. Covilhã/Fundão (Cova da Beira) (incluída no eixo longitudinal Guarda – Covilhã – Fundão – Castelo Branco, (PO Centro))

- Desencravamento proporcionado pela A23; importância do IC6; cooperação inter-urbana com Guarda e Castelo Branco;
- Projectos de regadio da Cova da Beira; fileira frutícola, certificação e organização e promoção de mercados para produtos de denominação de origem;
- Pólo universitário (UBI, Faculdade de Ciências da Saúde) e Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã PARKURBIS; atractividade industrial e crise da fileira têxtil;
- Recursos ambientais e paisagísticos (Serra da Estrela, Gardunha, Malcata); turismo, Aldeias Históricas e TER.

G. Castelo Branco (Beira Interior Sul, incluída no eixo longitudinal Guarda – Covilhã – Fundão – Castelo Branco, (PO Centro))

- Desencravamento proporcionado pela A23; ligação ao Médio Tejo; qualificação da ligação a Monfortinho e à fronteira e a Cáceres;
- Polaridade terciária (serviços e administração pública); Instituto Politécnico;
- Importância da definição do “kit mínimo” de equipamentos e serviços de proximidade localizados nos pequenos aglomerados urbanos dos concelhos em esvaziamento e envelhecimento demográfico; políticas de coesão;
- Zona Industrial (158ha + 122 ha de área de expansão);
- Perímetro de regadio da Idanha; agricultura e desenvolvimento rural;
- Turismo (Aldeias Históricas, caça, termas).

#### H. Serras da Cordilheira Central (Serras da Estrela, Açor, Lousã; Gardunha, Moradal, Cabeço Rainha; área incluída nas NUT do Pinhal Interior Norte e Sul e Serra da Estrela)

- Fragilidade do sistema urbano;
- Importância da definição do “kit mínimo” de equipamentos e serviços de proximidade localizados nos pequenos aglomerados urbanos dos concelhos em esvaziamento e envelhecimento demográfico; políticas de coesão;
- Organizar a rede de equipamentos de âmbito supra-municipal numa lógica de complementaridade, de especialização e de funcionamento concertado (PNPOT);
- Suportar o dinamismo emergente nas pequenas vilas melhor posicionadas relativamente aos eixos de comunicação e favorecer a sua articulação com as principais cidades (PNPOT);
- Relativa importância do eixo de pequenos centros (Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Sertã e Proença-a-Nova), sobre o IC8 na parte Sul do Pinhal (PNPOT) e a norte do eixo definido por Arganil, Tábua e Oliveira do Hospital;
- Região “centrífuga” desigualmente polarizada por Viseu, Guarda, Coimbra, Castelo Branco, Médio Tejo);
- Valores ambientais (Rede Natura) e potencial residencial das aldeias tradicionais da serra;
- Potencial florestal e risco de incêndio. Planos sectoriais de ordenamento florestal;
- Despoluição das bacias do Zêzere e do Mondego e gestão de recursos hídricos.

### 3.8. Uma visão para o quadro de referência ambiental da Região

A visão estratégica para a Região Centro, definida no âmbito do quadro de referência ambiental, resulta de um exercício de síntese utilizando as usuais metodologias de planeamento do território tendo sido fundamental para a sua definição o diagnóstico efectuado nos diversos domínios da componente ambiental.

Neste processo de construção da visão importa analisar criteriosamente a sobreposição zonas de valia ambiental de protecção da biodiversidade com os sistemas urbanos e industriais envolventes, por forma a identificar susceptibilidades, pressões e formas de facilitar a articulação num contexto de sustentabilidade ambiental, económica e social.

Foram assim consideradas e territorializadas, as principais áreas de valor ambiental. Seguidamente, apresentam-se as visões sectorializadas, com objectivo de fundamentar a Visão Estratégica Ambiental para a Região Centro.

#### - Qualidade do Ar e Alterações Climáticas:

Qualidade do ar e alterações climáticas integradas nas restantes políticas, potenciando o uso dos recursos naturais, com especial incidência na gestão sustentável e valorização do recurso ar.

#### - Recursos hídricos:

Recursos Hídricos como, meio para a sustentabilidade da disponibilidade da água para usos múltiplos enquanto recurso com valor económico, social e ambiental.

#### - Solos:

Solos sustentáveis que assegurem todas as suas funções e serviços vitais para o Homem e para os ecossistemas.

#### - Florestas:

Aumento da diversidade dos espaços florestais, garantindo, de modo sustentável, o seu equilíbrio multifuncional.

#### - Paisagem:

Diversidade, qualidade e originalidade das paisagens, associadas ao património cultural da região, como motores de desenvolvimento do território, da Região Centro.

#### - Zona Costeira:

Zona costeira potenciadora de crescimento próspero e sustentável respeitando o carácter distintivo dos valores naturais, patrimoniais, sociais e económicos.

---

- Conservação da Natureza e Biodiversidade:

Promoção do valor social e económico das zonas de valia ambiental e dos recursos naturais e onde se garanta uma rede de áreas classificadas integradas numa estrutura de corredores ecológicos que assegure a conservação e valorização do património natural.

A estrutura ecológica regional deverá permitir a manutenção da biodiversidade característica da região e dos processos ecológicos fundamentais para a integridade dos ecossistemas sensíveis, criando condições para que o ambiente seja também uma oportunidade de desenvolvimento. Por isso, esta proposta tem por base o conjunto de áreas sensíveis do ponto de vista da conservação da natureza e biodiversidade, tendo sido consideradas as seguintes categorias:

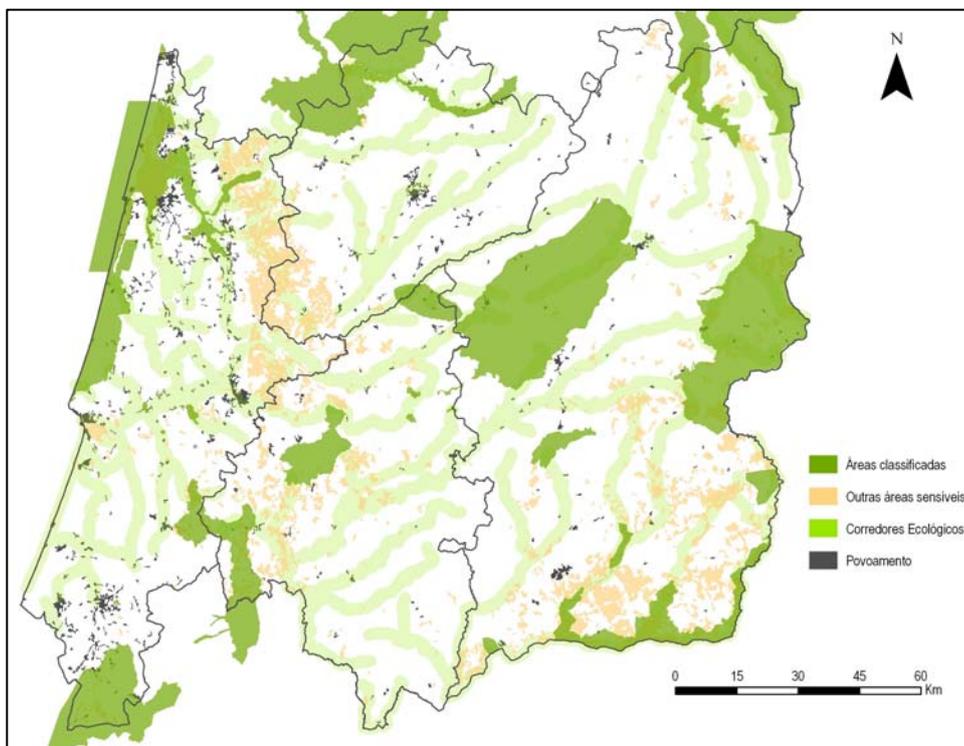
1 - Áreas classificadas:

- Zonas de Protecção Especial (ZPE);
- Sítios Rede Natura 2000;
- Sítios da Convenção de RAMSAR;
- Zonas Importantes para a Avifauna (IBA);
- Reservas biogenéticas de áreas diplomadas (Conselho da Europa).

2 - Corredores ecológicos

3 - Outras áreas sensíveis:

- Formações florestais de folhosas autóctones - Vegetação esclerofítica;
- Zonas húmidas (Estuários, Lagunas litorais, Paus, Salinas e Sapais);
- Sistemas dunares.



Proposta Preliminar de Estrutura Ecológica, para a Região Centro

### 3.9. Uma visão estratégica para as políticas de mitigação de riscos

#### 3.9.1. Uma visão global

O diagnóstico estratégico conduz coerentemente a um conjunto de opções estratégicas de carácter global:

- A interpretação dos riscos naturais e tecnológicos na Região Centro, numa lógica de prevenção e mitigação, promove a resistência e resiliência das populações e territórios;
- O diagnóstico e representação dos riscos naturais e tecnológicos é feita preferencialmente à escala municipais e intermunicipais, enquanto que a operacionalização do socorro e emergência privilegia escalas supra-municipais a transnacionais, de acordo com a tipologia, índice de perigosidade e probabilidade de ocorrência;
- Os riscos naturais e tecnológicos são determinantes nas opções de qualificação ambiental, na definição dos fluxos urbanos e no suporte da inovação, na definição e na hierarquização da rede de acessibilidades;

- Os modelos de consolidação e expansão urbana reflectem historicamente condicionantes determinadas pelos riscos naturais;

As fragilidades e potencialidades da orla costeira, função dos valores ambientais e da dinâmica de transformação, impõem uma monitorização e gestão integrada dos riscos naturais e tecnológicos;

- A gestão e qualificação de áreas protegidas e de conservação da natureza estão dependentes de medidas de prevenção e mitigação de riscos naturais e tecnológicos;
- A materialização dos riscos naturais e tecnológicos impõe constrangimentos e limitações nos fluxos e dinâmicas trans-regionais e trans-nacionais que cruzam a Região Centro ao nível, por exemplo, da circulação rodoviária e ferroviária, na exploração e distribuição energética, na captação e abastecimento de recursos hídricos;
- A territorialização e cenarização dos riscos tecnológicos suportam as opções de desenvolvimento e espacialização dos sectores industriais e infra-estruturação energética e de acessibilidades;
- Os modelos de desenvolvimento rural e de protecção da floresta e dos espaços naturais condicionam sectores produtivos, como o turístico, e são reflexo da magnitude e severidade dos índices de perigosidade natural;
- A diversificação e adequação de estratégias de uso e transformação do território promovem a mitigação dos riscos contribuem para a coesão territorial da região;
- O policentrismo da Região Centro apresenta-se como potenciador e como uma oportunidade para estruturar o território de forma a diminuir ou mitigar a vulnerabilidade social aos riscos naturais e tecnológicos;
- A tendência relativa de macrocefalia dos grandes centros urbanos deve ser contrariada por políticas de ordenamento do território e por lógicas institucionais e organizacionais que, a nível da prevenção e mitigação dos riscos e da emergência e socorro, operem explicitamente no sentido de proceder a uma efectiva desconcentração espacial (por exemplo, na localização geográfica e nas suas redes articuladas de actuação);
- A percepção e sensibilização aos riscos, bem como a adopção de comportamentos de segurança, possibilitam o desenvolvimento de competências no âmbito da educação, nomeadamente para o ambiente, sustentabilidade e cidadania.

Estas opções estratégicas de carácter global são completadas por orientações formuladas para cada um dos domínios de mitigação de riscos:

---

### 3.9.2. Riscos sísmicos

- Adopção de programas e acções, estruturais e não estruturais, ao nível da prevenção e mitigação do risco sísmico, nomeadamente na adopção de práticas de concepção e reabilitação sísmica;
- Discriminação positiva dos territórios com maior perigosidade sísmica ou contendo elementos relevantes expostos, nomeadamente infra-estruturais, patrimoniais e industriais;
- Implementação organizacional, de estruturas e recursos, para a gestão de emergência e socorro da escala supra-regional à transnacional; promoção de programas de sensibilização e preparação pública à escala local.

### 3.9.3. Movimentos de massa

- Adopção de políticas municipais de ordenamento e instrumentos que valorizem a prevenção e minimização dos processos associados aos movimentos de massa;
- Discriminação positiva dos territórios com elevada perigosidade e das infra-estruturas produtivas ou de circulação expostas;
- Articulação de políticas de operacionalização de meios e recursos para situações generalizadas de distúrbio ou afectando infra-estruturas com incidência supra-municipal a nacional.

### 3.9.4. Ondas de calor

- Adopção de sistemas eficazes de previsão e de alerta, dirigidos à população em geral e optimizados para grupos específicos de risco, com implantação e actores locais;
- Afectação de recursos, físicos e humanos, municipais a nacionais para a emergência e socorro, nomeadamente no suprimento de água e de refrigeração, no acompanhamento médico e psicossocial;

- Disponibilização de espaços climatizados com autonomia energética em locais de acolhimento temporário/permanente (hospitais e centros de saúde; lares e centros de dia; creches)
- Implementação de políticas de sensibilização dos munícipes e, também, da classe médica e dos agentes de protecção civil, para a temática das ondas de calor e os modos de as socorrer.

### 3.9.5. Incêndios florestais

- Sendo uma das causas mais frequentemente apontadas para o problema dos incêndios florestais o desordenamento do território, deveria aproveitar-se a oportunidade que o PROT proporciona para aprofundar e atacar o problema, com vista a contribuir para a sua minimização.
- A crescente incidência dos incêndios junto das habitações, quer se trate de pequenas ou médias cidades, ou de povoados isolados, os riscos dela derivados, fazem com que se deva ter em particular atenção esta questão na organização dos espaços urbanos, em especial na sua interface com os espaços rurais.
- As vias de comunicação e todas as infra-estruturas, em particular as que possam assumir valor patrimonial ou operacional relevante (monumentos, hospitais, escolas, etc.) deverão merecer um especial tratamento atendendo ao potencial risco de incêndio florestal.

### 3.9.6. Redução de riscos em unidades industriais

- Definir no PROT zonas industriais para a implantação de unidades e infra-estruturas de apoio, que disponham de uma área de segurança que permita fazer face as situações de acidentes graves;
- Criar um corpo de bombeiros específico para essas zonas industriais, com meios e com formação específica para intervir em situações de acidentes na generalidade das unidades;
- Dotar essa zona ou a proximidade de um heliporto, para evacuação de feridos graves;

- Implementar um sistema de comunicação eficaz e de articulação de meios que permita fazer face a acidentes graves nessas zonas industriais;
- Implementar nas zonas de risco meios de vigilância que permitam um acompanhamento em tempo real;
- Nas unidades industriais existentes, proceder a um levantamento sobre os tipos de riscos associados à exploração da unidade e aos impactos de vizinhança, de modo a implementar medidas de protecção mais eficazes e a operacionalizar os meios e processos de socorro;
- Deslocalizar as unidades industriais de alto risco, cujo funcionamento não ofereça condições de segurança para a população na vizinhança, criando condições e instrumentos que favoreçam essa alteração.

### 3.9.7. Riscos relacionados com o movimento rodoviário de veículos com mercadorias perigosas (MP)

- Criar vias alternativas para a circulação dos veículos pesados e com MP destinados ou provenientes das zonas industriais; ou em alternativa criar faixas de rodagem específicas;
- Promover horários ligeiramente desfasados, para início e final de trabalho, das unidades industriais, relativamente a instituições públicas (escolas, creches e etc.), de modo a evitar a concentração simultânea de veículos ligeiros e autocarros com veículos pesados associados ao movimento de mercadorias de ou para as unidades industriais;
- Impor velocidade de circulação diferenciada aos veículos consoante o tipo de risco das mercadorias transportadas para além do que possa estar definido pelo RPE e dotar as estradas de sinalização adequada;
- Impor restrições à circulação de veículos com MP em determinadas vias de circulação;
- Implementar o sistema de GPS nos veículos de transporte de MP;
- Criar corredores especiais para a circulação ambulâncias no acesso a hospitais ou centros de saúde;
- Criar zonas específicas para o estacionamento de veículos pesados e com MP junto de restaurantes e outros locais de paragem frequente;

- Criar vias de aceleração ou desaceleração na entrada ou saída de estradas de grande tráfego que permitam evitar paragens ou travagens dos veículos em circulação nessas vias;
- Criar alargamento das vias em zonas com grande número de veículos a entrar ou a sair, de modo a não impedir a circulação na estrada principal.

#### **4. DA VISÃO ESTRATÉGICA AO MODELO TERRITORIAL**

Os elementos de visão estratégica territorial que constam dos capítulos anteriores preenchem um conjunto de características que importa assinalar:

- Proporcionam à programação do PO Regional 2007-2013 e dos PO temáticos do QREN com intervenção na Região uma base fundamentada para definir prioridades de investimentos e acções elegíveis;
- São coerentes e resultam directamente de um diagnóstico estratégico actualizado que identifica factores estruturais de evolução da Região e ponderam tendências de evolução recente;
- Constituem uma base de referência para que os trabalhos da CMC, organizados em sessão plenária e em Comissões Sectoriais, possam enriquecer a visão territorial da Região e robustecer as políticas públicas sectoriais que as mesmas exigem;
- Proporcionam à equipa técnica um referencial para, no quadro das unidades territoriais pertinentes assinaladas, compatibilizar propostas e integrar as diferentes problemáticas de abordagem às dinâmicas territoriais.

Enriquecida com os trabalhos e o pronunciamento da CMC, esta proposta de visão estratégica orientará os trabalhos da equipa técnica na fase seguinte do trabalho que consistirá em transformar estas orientações numa proposta coerente de modelo territorial para a Região, devidamente acompanhado de normas orientadoras do planeamento territorial e de orientações para a territorialização de políticas sectoriais consideradas determinantes para o bom êxito do PROT-C.